

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À OITAVA EDIÇÃO	9
NOTA DO AUTOR À SÉTIMA EDIÇÃO	11
NOTA DO AUTOR À SEXTA EDIÇÃO	13
NOTA DO AUTOR À QUINTA EDIÇÃO	15
NOTA DO AUTOR À QUARTA EDIÇÃO	19
NOTA DO AUTOR À TERCEIRA EDIÇÃO.....	21
NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO	23
UMA JUSTIFICAÇÃO E UMA HOMENAGEM	25

PARTE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. NOÇÕES GERAIS	43
1.1. Conceito de recurso	43
2. CLASSIFICAÇÕES DOS RECURSOS	47
2.1. Recursos de devolução plena e parcial.....	47
2.2. Recursos de fundamentação livre e vinculada.....	48
2.3. Recursos ordinários e extraordinários.....	48
3. FUNDAMENTO DOS RECURSOS: O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	51
3.1. Fundamento psicológico dos recursos.....	51
3.2. Fundamento político dos recursos	51
3.3. O fundamento jurídico dos recursos	52
3.4. Conteúdo do duplo grau de jurisdição	56
3.5. O direito de recorrer nas declarações internacionais de Direitos Humanos	57
3.6. Direito ao recurso: conteúdo segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos	61

3.7.	A eficácia da regra do art. 8.2.h da CADH e do art. 14.5 do PIDCP.....	65
3.8.	O recurso e a reconstrução histórica do fato.....	70
3.9.	Duplo grau em matéria de fato e renovação da instrução em segundo grau.....	75
3.9.1.	A solução espanhola.....	77
3.9.2.	A solução italiana	80
3.10.	Duplo grau de jurisdição e a competência originária dos tribunais.....	82
3.11.	Proposta para uma leitura do duplo grau de jurisdição: direito ao recurso do acusado, para um controle epistêmico da presunção de inocência	85
4.	A VOLUNTARIEDADE DOS RECURSOS.....	95
4.1.	O denominado recurso <i>ex officio</i>	96
4.1.1.	Recurso de ofício da sentença que absolve sumariamente o acusado no procedimento do Júri	99
4.1.2.	Recurso de ofício da sentença que concede <i>habeas corpus</i>	100
4.1.3.	Recurso de ofício da decisão de reabilitação	100
4.1.4.	Recurso de ofício da Lei de Economia Popular	100
5.	PRINCÍPIOS RELATIVOS AOS RECURSOS.....	105
5.1.	Taxatividade	105
5.1.1.	Cabimento de recurso contra decisão juridicamente inexistente.....	105
5.2.	Unirrecorribilidade das decisões.....	109
5.3.	Fungibilidade recursal	111
5.4.	Variabilidade.....	118
5.5.	Dialeticidade.....	120
5.6.	Disponibilidade	123
5.7.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	124
5.8.	Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i>	125
5.8.1.	A proibição de <i>reformatio in pejus</i> indireta	129
5.8.1.1.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i> indireta no Tribunal do Júri.....	131
5.8.1.2.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i> indireta no caso de nulidade por juiz constitucionalmente incompetente.....	135

6. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO.....	137
6.1. Juízo de admissibilidade	137
6.1.1. Competência para o juízo de admissibilidade recursal	137
6.1.2. Objeto do juízo de admissibilidade recursal	139
6.1.3. Resultado do juízo de admissibilidade recursal.....	141
6.2. Juízo de mérito recursal.....	143
6.2.1. Competência para o juízo de mérito recursal	143
6.2.2. Objeto do juízo de mérito recursal.....	144
6.2.3. Resultado do juízo de mérito recursal	144
7. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL	147
7.1. Cabimento	147
7.2. Legitimidade	147
7.2.1. Legitimados gerais: as partes.....	149
7.2.2. Legitimados especiais.....	152
7.3. Interesse.....	156
7.3.1. Interesse recursal do Ministério Público	158
7.3.2. Interesse recursal do acusado.....	160
7.3.2.1. Interesse do acusado em recorrer no caso de extinção da punibilidade	161
7.3.3. Interesse do ofendido	165
7.4. Ausência de fato impeditivo ou extintivo	166
7.4.1. Fatos impeditivos.....	166
7.4.2. Fatos extintivos	172
7.4.2.1. Desistência.....	172
7.4.2.2. Deserção	175
7.5. Tempestividade.....	182
7.5.1. Prazo e termo inicial do prazo: distinções.....	182
7.5.2. Intimações eletrônicas e o termo inicial dos prazos.....	184
7.5.3. Intimação do Ministério Público.....	187
7.5.4. Intimação do acusado e do defensor	189
7.5.5. Intimação do ofendido e do assistente de acusação	191
7.5.6. Termo <i>a quo</i> do prazo recursal	192
7.6. Regularidade formal.....	198

8. EFEITOS DOS RECURSOS.....	203
8.1. Efeito devolutivo.....	204
8.1.1. Extensão da matéria devolvida	207
8.2. Efeito suspensivo	211
8.3. Efeito regressivo.....	216
8.4. Efeito extensivo.....	217
8.4.1. A natureza do art. 580 do CPP	218
8.4.2. Da necessidade do <i>simultaneus processus</i>	220
8.4.3. Da aplicação analógica do art. 580 em processos distintos	222
9. DO PROCESSO E JULGAMENTO DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS	227
9.1. Da apelação ordinária	228
9.2. Da apelação sumária e do recurso em sentido estrito.....	235
9.3. Da atuação da Procuradoria de Justiça nos tribunais	236
9.4. A conversão do julgamento em diligência	238
9.5. A decisão colegiada: votação e discussão do acórdão.....	239
9.6. A decisão colegiada: deliberação	246
9.7. A apuração do resultado: empate na votação.....	247
9.8. A apuração do resultado: dispersão de votos	251
9.9. Os regimentos internos dos tribunais	254
9.10. Os plenários virtuais e as sustentações orais assíncronas	261
10. O PROBLEMA DO DIREITO INTERTEMPORAL	265
10.1. Normas processuais penais e o direito intertemporal.....	268
10.2. Natureza das normas sobre recursos e o direito intertemporal	269

PARTE II
RECURSOS EM ESPÉCIE

11. APELAÇÃO.....	281
11.1. Noções gerais	281
11.2. Requisitos de admissibilidade.....	282
11.2.1. Cabimento	282
11.2.1.1. Das sentenças definitivas de condenação ou absolvição	282

11.2.1.2.	Das decisões definitivas ou com força de definitivas.....	283
11.2.1.2.1.	O conceito de decisões com força de definitiva e as medidas cautelares reais.....	286
11.2.1.3.	Das sentenças do Tribunal do Júri.....	287
11.2.1.3.1.	Nulidade posterior à pronúncia.....	288
11.2.1.3.2.	Sentença do juiz presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.....	289
11.2.1.3.3.	Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança.....	289
11.2.1.3.4.	Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.....	290
11.2.2.	Legitimidade.....	297
11.2.3.	Interesse.....	297
11.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	299
11.2.4.1.	Renúncia ou desistência.....	299
11.2.4.2.	Recolher-se à prisão para apelar.....	299
11.2.5.	Deserção.....	300
11.2.6.	Tempestividade.....	301
11.2.7.	Regularidade formal.....	304
11.2.7.1.	As razões recursais.....	305
11.3.	Procedimento.....	307
11.3.1.	Formação do traslado.....	308
11.4.	Efeitos da apelação.....	310
11.4.1.	Efeito devolutivo.....	310
11.4.2.	Efeito suspensivo.....	313
11.4.3.	Efeito regressivo.....	318
11.4.4.	Efeito extensivo.....	318
12.	RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	319
12.1.	Noções gerais.....	319
12.2.	Requisitos de admissibilidade.....	320
12.2.1.	Cabimento – CPP, art. 581.....	320
12.2.1.1.	Rejeição da denúncia ou queixa.....	321
12.2.1.2.	Concluir pela incompetência.....	323

12.2.1.3.	Julgar procedentes as exceções, exceto de suspeição.....	323
12.2.1.4.	Pronunciar o acusado.....	324
12.2.1.5.	Decisões sobre prisão e liberdade provisória	324
12.2.1.6.	Declaração ou rejeição do pedido de extinção da punibilidade	328
12.2.1.7.	Sentença que concede ou nega <i>habeas corpus</i>	329
12.2.1.8.	Anula o processo no todo ou em parte	329
12.2.1.9.	Denegar a apelação ou julgá-la deserta.....	330
12.2.1.10.	Ordenar a suspensão do processo por questão prejudicial.....	331
12.2.1.11.	Decidir incidente de falsidade documental.....	332
12.2.1.12.	Recusa à homologação de acordo de não persecução.....	332
12.2.1.13.	Decisões sobre pena e medida de segurança.....	333
12.2.1.14.	Decisão que inclui ou exclui jurado da lista geral (inc. XIV).....	333
12.2.2.	Legitimidade	335
12.2.3.	Interesse	335
12.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	336
12.2.5.	Tempestividade.....	336
12.2.6.	Regularidade formal.....	338
12.3.	Procedimento.....	338
12.3.1.	Formação do instrumento.....	340
12.3.2.	Juízo de retratação e o recurso invertido	343
12.4.	Efeitos do recurso em sentido estrito.....	347
13.	EMBARGOS INFRINGENTES	351
13.1.	Noções gerais	351
13.2.	Embargos infringentes e de nulidade do CPP	352
13.2.1.	Cabimento.....	352
13.2.2.	Legitimidade e interesse	356
13.2.3.	Tempestividade.....	356
13.2.4.	Regularidade formal.....	359
13.2.5.	Procedimento.....	360
13.2.6.	Efeitos dos embargos infringentes.....	361

13.3.	Embargos infringentes perante o STF.....	363
13.3.1.	Cabimento	365
13.3.2.	Legitimidade e interesse	367
13.3.3.	Tempestividade.....	367
13.3.4.	Regularidade formal.....	367
13.3.5.	Procedimento.....	368
13.3.6.	Efeitos dos embargos infringentes.....	369
14.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	371
14.1.	Noções gerais	371
14.2.	Requisitos de admissibilidade.....	373
14.2.1.	Cabimento	373
14.2.1.1.	<i>Ambiguidade e obscuridade</i>	373
14.2.1.2.	Contradição.....	374
14.2.1.3.	<i>Dúvida</i>	376
14.2.1.4.	Omissão	376
14.2.1.5.	Erros materiais e erros evidentes	379
14.2.2.	Legitimidade e interesse	383
14.2.3.	Tempestividade.....	384
14.2.4.	Regularidade formal.....	385
14.3.	Procedimento.....	386
14.4.	Efeitos dos embargos de declaração.....	389
14.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos	392
14.6.	Embargos de declaração meramente protelatórios	396
14.7.	Julgamento dos embargos de declaração.....	399
15.	CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	403
15.1.	Noções gerais	403
15.2.	Requisitos de admissibilidade.....	404
15.2.1.	Cabimento	404
15.2.2.	Legitimidade e interesse	406
15.2.3.	Tempestividade.....	406
15.3.	Procedimento.....	407
15.4.	Efeitos da carta testemunhável.....	410

16. CORREIÇÃO PARCIAL.....	413
16.1. Noções gerais	413
16.2. Requisitos de admissibilidade.....	414
16.2.1. Cabimento	414
16.2.1.1. Cabimento em matéria criminal.....	417
16.2.2. Legitimidade	419
16.2.3. Tempestividade.....	420
16.3. Procedimento.....	420
16.4. Efeitos da correção parcial	423
17. RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	425
17.1. Noções gerais	425
17.2. Regime jurídico do recurso extraordinário e do recurso especial no processo penal.....	429
17.3. Requisitos de admissibilidade dos recursos	433
17.3.1. Cabimento	433
17.3.1.1. O conceito de “questões de direito”	433
17.3.1.2. O conceito de “decisão de única ou última instância”	436
17.3.1.3. Órgão que proferiu a decisão	436
17.3.1.4. O conceito de “causas decididas”	437
17.3.1.5. O prequestionamento	438
17.4. Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	446
17.4.1. Contrariar dispositivo da Constituição	446
17.4.2. Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	450
17.4.3. Julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição	452
17.4.4. Julgar válida lei local contestada em face de lei federal.....	453
17.4.5. A repercussão geral da questão constitucional	453
17.4.5.1. A repercussão geral: relevância econômica, política, social ou jurídica.....	456
17.4.5.2. Repercussão geral em matéria penal	460
17.5. Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	468
17.5.1. Contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	468

17.5.2. Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	471
17.5.3. Dissídio jurisprudencial	472
17.5.4. A relevância da questão federal no recurso especial	475
17.6. Legitimidade	478
17.7. Interesse	478
17.8. Ausência de fato impeditivo ou extintivo	479
17.8.1. Deserção pela falta de preparo	479
17.8.2. Desistência	481
17.9. Regularidade formal.....	482
17.10. Tempestividade.....	487
17.10.1. Contagem do prazo em dias úteis ou dias corridos.....	489
17.10.2. Contagem do prazo em dobro no caso de litisconsortes	489
17.11. Procedimento.....	490
17.11.1. Da fungibilidade entre recurso especial e extraordinário	493
17.12. Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos	494
17.13. Repercussão geral e recurso representativo da controvérsia em matéria penal.....	506
17.14. Efeitos dos recursos especial e extraordinário	523
17.14.1. Efeito devolutivo.....	523
17.14.2. Efeito suspensivo	523
17.14.3. Efeito regressivo e efeito extensivo	527
18. AGRAVO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	529
18.1. Noções gerais	529
18.2. O CPC e a unificação do regime do agravo em recurso especial e extraordinário	529
18.3. Requisitos de admissibilidade.....	531
18.3.1. Cabimento	531
18.3.1.1. Não cabimento do agravo: aplicação de entendimento de julgamento de repercussão geral	531
18.3.1.2. Não cabimento do agravo: aplicação de entendimento de julgamento de recursos repetitivos	533
18.3.2. Legitimidade e interesse	534

18.3.3.	Ausência de fato impeditivo	535
18.3.4.	Tempestividade	535
18.4.	Procedimento	535
18.5.	Efeitos do agravo	539
19.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	541
19.1.	Noções gerais	541
19.2.	A unificação do regime dos Embargos de Divergência no CPC	542
19.3.	Requisitos de admissibilidade	545
19.3.1.	Cabimento	545
19.3.1.1.	Características do acórdão embargado	547
19.3.1.2.	Características do acórdão paradigma	550
19.3.2.	Legitimidade e interesse	553
19.3.3.	Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência	554
19.3.4.	Ausência de fato impeditivo	558
19.3.5.	Tempestividade	559
19.4.	Procedimento	560
19.4.1.	Embargos de Divergência no STF	560
19.4.2.	Embargos de Divergência no STJ	561
19.5.	Efeitos dos Embargos de Divergência	562
19.5.1.	Efeito devolutivo	562
19.5.2.	Efeito suspensivo	563
19.5.3.	Efeito regressivo e efeito extensivo	564
20.	AGRAVO EM EXECUÇÃO	565
20.1.	Noções gerais	565
20.2.	Requisitos de admissibilidade	565
20.2.1.	Cabimento	565
20.2.2.	Tempestividade	567
20.2.3.	Legitimidade e interesse	567
20.3.	Procedimento	568
20.4.	Efeitos do agravo em execução	570

PARTE III
AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

21. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL.....	573
22. REVISÃO CRIMINAL.....	575
22.1. Noções gerais	575
22.2. Condições da ação.....	578
22.2.1. Interesse de agir: hipóteses de cabimento previstas em lei.....	578
22.2.1.1. Contrariar o texto expresso da lei penal	581
22.2.1.1.1. Revisão criminal e a mudança jurisprudencial	583
22.2.1.2. Contrariar a evidência dos autos	587
22.2.1.3. Depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos.....	590
22.2.1.4. Após a sentença, se descobrirem novas provas da inocência do condenado.....	592
22.2.2. Interesse de agir: adequação e necessidade	597
22.2.3. Legitimidade	600
22.3. Pressupostos processuais.....	603
22.3.1. Competência	604
22.4. Procedimento.....	606
22.5. <i>Standard</i> de prova e ônus da prova.....	609
22.6. Resultados da revisão criminal.....	611
22.7. Efeitos da sentença absolutória.....	613
22.8. Coisa julgada e repositura da revisão criminal	616
22.9. Indenização pelo erro judiciário.....	617
23. <i>HABEAS CORPUS</i>	621
23.1. Natureza jurídica	621
23.2. Notícias históricas	621
23.3. Tutela jurisdicional.....	622
23.4. Condições da ação.....	626
23.4.1. Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	626
23.4.2. Interesse de agir: adequação e necessidade	628
23.4.3. Legitimidade	639

23.4.3.1.	Legitimados ativos	639
23.4.3.2.	Legitimado passivo.....	642
23.5.	Pressupostos processuais.....	643
23.6.	Competência.....	646
23.7.	Procedimento.....	648
23.8.	<i>Standard</i> de prova e ônus da prova.....	654
23.9.	A coisa julgada no <i>habeas corpus</i>	658
23.10.	<i>Habeas corpus</i> coletivo.....	660
23.10.1.	Antecedentes e sua criação jurisprudencial	660
23.10.2.	Ausência de disciplina legal do <i>habeas corpus</i> coletivo.....	665
23.10.3.	Dos direitos passíveis de tutela pelo <i>habeas corpus</i> coletivo.....	668
23.10.4.	Dos legitimados para a propositura do <i>habeas corpus</i> coletivo	672
23.10.5.	Da coisa julgada no <i>habeas corpus</i> coletivo	674
23.10.6.	Da litispendência no <i>habeas corpus</i> coletivo e as alternativas para os <i>habeas corpus</i> individuais pendentes	680
23.10.7.	A liminar no <i>habeas corpus</i> coletivo.....	683
23.10.8.	Críticas e dificuldade ao <i>habeas corpus</i> coletivo.....	684
24.	RECURSO ORDINÁRIO EM <i>HABEAS CORPUS</i>	691
24.1.	Noções gerais	691
24.2.	Requisitos de admissibilidade.....	691
24.2.1.	Cabimento	691
24.2.2.	Legitimidade	693
24.2.2.1.	Desnecessidade de procuração no recurso em <i>habeas corpus</i>	696
24.2.3.	Interesse recursal	697
24.2.4.	Ausência de fato impeditivo.....	697
24.2.5.	Tempestividade.....	698
24.3.	Procedimento.....	698
24.4.	Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	699
25.	MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL	701
25.1.	Natureza jurídica	701
25.2.	Notícias históricas	701

25.3.	Tutela jurisdicional.....	702
25.4.	Condições da ação.....	702
25.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	702
25.4.1.1.	Mandado de segurança contra medidas cautelares patrimoniais	705
25.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	707
25.4.2.1.	A adequação: natureza do direito tutelado.....	707
25.4.2.2.	A adequação: comprovação documental do direito líquido e certo	709
25.4.3.	Legitimidade	711
25.4.3.1.	Legitimados ativos.....	711
25.4.3.2.	Legitimado passivo.....	711
25.5.	Pressupostos processuais.....	713
25.6.	Competência.....	716
25.7.	Procedimento.....	718
26.	RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA	721
26.1.	Noções gerais	721
26.2.	Requisitos de admissibilidade.....	721
26.2.1.	Cabimento	721
26.2.2.	Legitimidade	725
26.2.3.	Interesse recursal	725
26.2.4.	Ausência de fato impeditivo.....	725
26.2.5.	Tempestividade.....	726
26.3.	Procedimento.....	726
26.4.	Efeitos do recurso ordinário.....	727
27.	RECLAMAÇÃO	729
27.1.	Notícias históricas	729
27.2.	Natureza jurídica	731
27.3.	Tutela jurisdicional.....	736
27.4.	Condições da ação.....	738
27.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	738
27.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	742

27.4.3. Legitimidade	744
27.4.3.1. Legitimados ativos.....	744
27.4.3.2. Legitimado passivo.....	744
27.5. Pressupostos processuais.....	745
27.6. Competência.....	745
27.7. Procedimento.....	747
28. EMBARGOS DE TERCEIRO	753
28.1. Natureza.....	753
28.2. Cabimento.....	754
28.3. Momento	754
28.4. Competência.....	755
28.5. Procedimento.....	756
28.6. Recursos	758
29. EMBARGOS DO ACUSADO.....	761
29.1. Cabimento.....	761
29.2. Procedimento.....	762
30. EMBARGOS DO TERCEIRO DE BOA-FÉ.....	767
30.1. Cabimento.....	767
30.2. Procedimento.....	768
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	769